

## O CONCEITO DO “CLÁSSICO”. A PROPÓSITO DA *FORTLEBEN* DA GERMÂNIA

---

Ana Maria Tarrío  
Universidade de Lisboa

### 1. A história de uma obsessão

*Ipse eorum opinionibus accedo, qui Germaniae populos nullis aliis aliarum nationum conubiis infectos propriam et sinceram et tantum sui similem gentem extitisse arbitrantur* “pela minha parte concordo com a opinião daqueles que consideram os povos da Germânia, porque nunca contaminados por uniões com outras tribos, uma raça singular e pura e só semelhante a si própria”

(Cornélio Tácito, *Germania*, IV, 1)<sup>1</sup>

Em 1935, Hans Günther, principal teórico do ideário racista do “Dritten Reich” publicava o seu *Herkunft und Rassengeschichte der Germanen*, panfleto pseudo-histórico sobre a ancestral e saudável raça germana, *eine bewusste Erdgesundheitspflege*. Segundo o ideólogo, era *bewuste* (“consabida” ou “comprovada”, e simultaneamente “consciente”) esta antiga saúde racial dos povos germanos. A expressão é substancial porque condensa todo um itinerário secular, intimamente vinculado, desde o início, a uma pequena obra em latim que deteve uma peculiar sorte na transmissão textual.

É difícil resumir como foi vasto e profundo, até ao excesso, o valor simbólico da *Germania* de Cornélio Tácito para o povo alemão. É difícil evitar um certo estremecimento perante o poder assustador de

---

<sup>1</sup> Às referências ao texto latino seguem traduções da minha responsabilidade.

um texto. A imagem do destacamento das SS procurando desesperadamente um manuscrito da obra antiga (Cod. Aesinas lat. 8, aparentemente uma cópia do célebre *codex Herschfeldensis*<sup>2</sup>) nos palazzos do conde Balleani, o episódio de Mussolini prometendo a Hitler que o manuscrito voltaria para o Reich, sua pátria natural, o uso que deste texto fez Heinrich Himmler, fundador das *Ahnenerbe*, a organização acadêmica nazi integrada por arqueólogos, historiadores, filólogos, etnólogos e filólogos, fiéis ao catecismo do eugenismo, à procura de bases históricas e biológicas da supremacia ariana... são apenas os exemplos criminais e obscenos de uma procura de identidade nacional que nunca deixou de girar centripetamente em torno da *Germania* do historiador latino<sup>3</sup>.

Nos tempos de Günther, parecia culminar-se, de facto, o secular processo de elaboração do conceito “raça germana”, e também “otimizar-se” o aproveitamento da *Germania* de Tácito como peça-chave neste processo. Se no meio do holocausto, Günther extraía da *Germania* frases descontextualizadas para convertê-las em argumentos pseudo-etnográficos, misturados com exaltadas estratégias formais para fundamentar a originária natureza bélica e superioridade racial dos supostos arianos, o ideólogo não fazia senão continuar, por uma vereda perversa, a senda de precedentes manipuladores germanos da *Germania* latina. Sempre a *Germania*, texto fundacional, integrante perene e imprescindível argumento da “nação” teutónica, enquanto “entidade” historicamente construída<sup>4</sup>.

Assim, nos agitados tempos que precederam a Reforma luterana, aquele que seria o papa Pio II, o humanista italiano Eneas Silvio Piccolomini, invocava esta obra latina para fins bastante divergentes. Com a *auctoritas* de Tácito, replicava às insubordinações contra a Santa Sé por parte dos príncipes alemães, numa carta ao chanceler do bispo de Mogúncia, escrita por volta do ano 1458. Nesta carta, os

---

<sup>2</sup> Esta hipótese tem sido contestada por R.P. Robinson, *The Germania of Tacitus. A critical edition*, Middletown, Conn., 1935 e mais recentemente recuperada por C. E. Murgia e R. H. Rodgers, “A tale of two manuscripts”, *Classical Philology*, 79, 1984, 145-53.

<sup>3</sup> O leitor encontrará todo o tipo de pormenores no delicioso e documentado relato sobre a espantosa sorte histórica do discurso de Tácito sobre a Germânia em Simon Schama, “*Der Holzweg: A trilha na floresta*” em *Paisagem e memória*, trad. Hildgard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 85-143.

<sup>4</sup> O relato mais célebre e controvertido da *Rezeption* da Germânia é o de Eduard Norden, *Die Germanische Urgeschichte in Tacitus' Germania*, Stuttgart, Teubner, 1998.

caracteres primitivos e tribais que Tácito documenta sobre os germanos coetâneos do Império, tornam-se agora documento da bárbara e ancestral incultura do povo germano, e da meritória intervenção de Roma como agente histórico civilizador. A Roma pagã aparece aqui evidentemente apropriada como antecedente legítimo da capital do universo católico. Pela legitimidade que concedia tal genealogia, reclamava agora, em virtude de méritos seculares, obediência à *Germania* do século XV. Os pesados impostos que Roma exigia eram, deste ponto de vista, apenas uma justa retribuição pelo secular labor de desembrutecer culturalmente a sua barbárie original.

Alguns decénios depois, encontramos novamente a *Germania* nas palavras que o legado pontifical, Giannantonio Campano, enviado aos príncipes revoltosos, utiliza para persuadi-los de que deviam participar na Cruzada contra os Turcos. Com citações criteriosamente seleccionadas da obra latina, o legado constrói a sua arenga de 1471 na dieta de Ratisbona. Era esta uma ardilosa *captatio* destinada a suprimir a oposição dos dirigentes germânicos em relação ao notável esforço militar e monetário que o Papa lhes tinha decretado para participar numa guerra que pouco os atingia. A virtude bélica e a fidelidade, que Tácito sublinha em relação aos Germanos do seu tempo, desta vez aparece despida dos traços rudes e bárbaros e convertida em matéria de adulação, em estratégia persuasiva. Agora, o poder papal não tem reparo em exaltar enquanto virtude o que vinte anos antes assinalava enquanto sintoma do embrutecimento, só polido pela dominação romana. Nesse momento, pedia-se-lhes que fossem fiéis às excelentes virtudes bélicas originárias<sup>5</sup>.

Desde a época humanista à hitleriana, a *Germania* foi sucessiva e diversamente manipulada, mas nunca perdeu o seu estatuto de texto basilar como obra auto-referencial por excelência, prestigiada pelo facto de ser escrita por um autor latino, até que a crítica moderna se preocupou em discutir e dilucidar, filológica e historiograficamente, o valor "em si" da obra de Tácito. Começavam a questionar-se ou mesmo reduzir-se seriamente as suas qualidades como documento etnográfico em sentido restrito<sup>6</sup>. Nesta revisão (é importante não postergar o dado), foram os estudos filológicos e historiográficos mais sérios os que puseram no seu lugar as precedentes "leituras" da *Ger-*

<sup>5</sup> G. Campano, *Oratio in conventu Ratisponensi dicta*, Hain 4289.

<sup>6</sup> Cfr. *Die Germania des Tacitus*, erläutert von Rudolf Munch, herausgegeben Wolfgang Lange, Heidelberg, Carl Winter, 1967, Ph. Reclam, 1975, *Germania*, übers. Manfred Fuhrmann, Stuttgart.

*mania*. Manipulações mais ou menos condenáveis, alicerçadas todas elas num seguimento literal do historiador antigo, considerado, com poucos matizes, fidedigno.

Assim, na época da ocupação napoleónica, a antiga fortaleza guerreira do povo germano tornou-se acicate para a luta contra a invasão francesa, nova versão histórica da ocupação romana, como é evidente na obra do poeta e dramaturgo Friedrich Gottlieb Klopstock. Uma peculiar reedição do romanismo *versus* germanismo materializa-se no confronto entre Johann Gottfried Herder, guardião da memória ancestral dos germanos, e Winckelmann, defensor da supremacia indiscutível do classicismo grego.

Se no Romantismo surgem as recopilações de contos e lendas populares dos irmãos Grimm, histórias que recuperam a natureza como espaço característico da antiga raça germana, os dados “etnográficos” do historiador latino são elevados alquimicamente a essências metafísicas pelos representantes do idealismo filosófico. Em *Reden an die deutsche Nation*, Fichte desloca, na caracterização dos traços propriamente germânicos, a perspectiva mais étnica de Tácito para a linguística, sempre com o intuito principal de determinar o carácter nacional em versão metafísica. Wilhelm Heinrich Riehl escreveu uma *História natural do povo alemão* onde, confuso entre paisagem e cultura, o historicamente construído se identificava com uma essência natural. O seu anti-urbanismo e anti-modernismo, fundamentado no relato de Tácito e misturado com anti-semitismo, infelizmente constituirá um texto ideológico importante para o nazismo. A importância da *Germania* como texto virtual, indesligável da ideia da Alemanha como entidade histórica, ficou definitivamente consagrada pelo relevante papel que lhe concedeu a obra de Ludwig Schemann, *Die Grundlagen des 19 Jahrhunderts*. Com a *Germania* sempre na mão, o século XIX configurava uma *Deutschtum*, “germanidade”, que haveria de tornar-se depois a *Germanentum* nazista.

Cada novo olhar e cada novo objectivo conformam diferentes discursos dentro da *Germania* antiga, convenientes para os distintos manipuladores. Entretanto sempre permanece a singular dualidade que a obra antiga encerra: autor e língua romana por um lado, e, por outro, o tema germano. Dualidade que origina apropriações divergentes por parte de germanos e os descendentes dos antigos romanos e explica, por exemplo, a surpreendente disputa pela posse de um manuscrito da *Germania* em plena guerra mundial, nos tempos de Hitler e Mussolini.

Durante os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, entre a aparente inocência dos livros e o fascínio da erudição como recupera-

ção da memória, alguns intelectuais ficaram sujeitos ao encantamento. Entre eles Martin Heidegger, depois da guerra recluso e sumido na floresta-mãe, na floresta que então restava da antiga *silva Hercinia*, ou escritores menos suspeitos como Walter Benjamin, que haveria de pagar com a sua vida a ilusão livresca, a sua alegre confiança na força do mito, a metáfora, a alegoria. Trágicos se nos afiguram hoje lemas por ele assumidos: *para mim tudo se converte em alegoria*<sup>7</sup>. No mundo real, o comentário do historiador latino sobre a pureza racial dos germanos originada no seu isolamento tinha-se convertido numa obsessão efectivamente letal: a tragédia do extermínio.

## 2. Renascimento e identidade nacional

*Assumam, ó homens da Germânia, aquele velho espírito com o qual tantas vezes desbarataram e aterrorizaram os romanos...*  
(Conrad Celtis, *oratio* pronunciada na Universidade de Ingolstadt, 1492<sup>8</sup>)

Para explicar o extraordinário poder de um opúsculo latino do século I sobre o destino de uma nação, interessa determo-nos para reconhecer como momento-chave deste processo o Renascimento, e especificamente os processos renascentistas nos quais a vontade de redescobrir textos antigos serviu à constituição de uma consciência nacional. Porque justamente o Renascimento foi o grande momento da configuração de uma identidade nacional, cada descoberta de um ou outro texto, de um ou outro fragmento deteve neste período um papel decisivo relativamente a futuros desenvolvimentos históricos. De mais a mais, um texto dedicado monograficamente ao grande tema do Renascimento: a delimitação de um povo ou nação, não podia senão tornar-se texto imprescindível e modelo matriz para todo o discurso auto-referencial dessa mesma nação.

Foram, com efeito, os humanistas germanos como Conrad Celtis e Ulrich von Hutten os que iniciaram, desde a divulgação do texto antigo na Alemanha nos últimos decénios do século XV, o processo

<sup>7</sup> Esta citação de Baudelaire é apropriada por W. Benjamim no seu ensaio *Origem do drama barroco alemão*. Cf. Susan Sontag, introdução a Walter Benjamim, *Rua de sentido único e infância em Berlim*, trad. Claudia de Miranda Rodrigues, Lisboa, Relógio d'água, 1992, pp. 22-23. Detalhes simbólicos deste ambiente de encantamento prévio ao desastre nazista aparecem descritos pelo próprio Walter Benjamim nos escritos autobiográficos recolhidos na obra citada.

<sup>8</sup> Cit. S. Schiama, op. cit., p. 102.

de conversão da *Germania* na “certidão de nascimento da raça alemã”, nas palavras de Simon Schama<sup>9</sup>. Entre a primeira edição impressa da *Germania* (Veneza, 1470) e a edição de Conrad Celtis (Viena, 1500) a divulgação do texto do autor romano marcaria decisivamente a história da moderna Alemanha. Os humanistas germanos realizaram sobretudo uma ligação determinante: todo o discurso de autoconsciência como povo diferenciado, *propriam gentem*, estará a partir de então para sempre vinculado a um contraponto imprescindível: germanismo *versus* romanismo, contraponto concretizado em polarizações, já presentes em Tácito mas reformuladas, como: valentia e simplicidade de costumes frente a moleza e perversão do carácter, civilização natural frente a urbana...

Ironicamente, o fundamento da auto-consciência germana viu a luz graças ao empenho dos descendentes históricos dos antigos romanos: os humanistas italianos. A sorte da *Germania* conduz à avidez de *auctores*, à diligência de homens como Poggio Bracciolini, a quem um monge da abadia de Hersfeld tinha alertado para a existência de um manuscrito com textos antigos desconhecidos no âmbito italiano<sup>10</sup>. Em 1425, Poggio comunicou a notícia a Niccolo Niccoli. Este elaborou, para os dois embaixadores do pontífice, Guiliano Cesarini e Niccolo Albergati, uma nota na qual se referiam os *aliqua volumina* com os autores que poderiam procurar na sua missão na Alemanha. Mas o célebre *codex Hersfeldensis* só chegaria a Itália por obra de Enoch d’Ascoli, em 1455, enviado por Nicolau V. A partir de então, entre 1458 e 1464, verifica-se uma importante circulação de cópias da *Germania*. O processo de divulgação estava em marcha, um processo de redescoberta de Tácito que contribui para explicar em parte, por exemplo, as surpreendentemente modernas análises historiográficas de um Maquiavelo.

É verdade que, em último termo, a aventura humanista nunca poderia concretizar-se se o manuscrito não fosse copiado e preservado, justamente, em território germano. Foi num mosteiro de Fulda, onde um monge citou, por volta de 852, este texto, e foi na abadia de Hersfeld, localidade próxima de Fulda, onde permanecia guardada a célebre cópia manuscrita cobiçada por Poggio Bracciolini.

<sup>9</sup> Op. cit., p. 86.

<sup>10</sup> Jacques Perret resumiu os principais episódios que ilustram o papel destes humanistas na transmissão textual na ‘Introduction’ à sua edição *Germania*, Paris, Les Belles Lettres, 1949, pp. 5-69, introdução ainda muito útil. Alguma bibliografia sobre a tradição textual da obra latina pode ler-se em M. Winterbotton, em *Texts and transmission*, Oxford Clarendon Press, 1986, pp. 410-411.

Nunca poderemos saber qual teria sido a sorte da *Germania* se não tivesse sido objecto da paixão humanista pelos *auctores*. Provavelmente não permaneceria oculta para sempre mas, sem dúvida, não seria tão determinante o papel deste texto na história da *Germania* se não tivesse sido divulgada precisamente na idade renascentista, o período decisivo no que diz respeito à imagem que cada povo tem de si próprio.

De facto, nos alvares da época moderna, boa parte do decurso da história (e não apenas da história livresca) de Ocidente era determinada decisivamente pela confabulação entre o empenho voluntarioso dos humanistas e o acaso da tradição textual. Porque nesta história é evidente o peso específico decisivo de dois agentes diferentes: o primeiro, a vontade de preservar a memória da civilização romana, seja por parte dos letrados dos povos "bárbaros" subjugados por Roma, seja por parte dos humanistas italianos e o seu empenhado afã em encontrar novos textos da Antiguidade. O segundo agente, e não menos poderoso, é o grau de azar que caracteriza a transmissão textual.

Mas neste história parece prevalecer sobretudo a vontade dos homens e o ingente, o decisivo peso da memória escrita nas civilizações.

### 3. A fortuna dos "clássicos": erudição e memória histórica

A *Fortleben* da *Germania* é apenas um bom exemplo das potencialidades de um exercício historiográfico extremamente rentável. O exercício de *olhar como outros olharam* os autores clássicos da Antiguidade tem pelo menos a virtude de ajudar-nos a desvendar e sublinhar a condição eminentemente intertextual da História, nomeadamente dos seus instrumentos conceptuais. Porque, como é sabido, a criação *ex nihilo* é operação exclusiva do deus pós-clássico. A fortuna da *Germania* permite especificamente demonstrar a condição eminentemente histórica e textualmente construída de ideias que em certos momentos são apresentadas como essências naturais, e que determinam ainda hoje o maneira como uma nação se observa 'naturalmente' a si própria.

A história da recepção ao longo dos séculos de um *auctor* antigo é também um campo de estudo excepcional para observar a metamorfose das sucessivas "formas" históricas que o acolhem e transfiguram e assim captar de maneira acentuada as singularidades de cada época.

De facto, como ensinam as leis elementares da transmissão textual, os clássicos, enquanto cânon puro, fora da "corrupção" das su-

cessivas transmissões através de concretos estádios históricos, dificilmente podem ser apreendidos.

Transmissão, transfiguração, revelação das singularidades daquilo que transmite e transfigura. Lembre-se o assombroso *Ovide moralisé*, tão eloquente em relação às principais coordenadas do universo cristão, justamente nos pontos em que é menos ovidiano. A trama, o conteúdo antigo é, na Idade Média, escassamente decisivo. São as formas medievais que assumem os conteúdos antigos herdados as que constituem a verdadeira informação, como é ostensível nas iluminuras do mesmo *Ovide moralisé*, com o seu Júpiter, Narciso ou Diana, vestidos de príncipes e princesas medievais.

A rejeição que provoca a “história exemplar” da Germânia põe o dedo na ferida, no que diz respeito a uma componente essencial de todas as sociedades e todas as nações: a configuração mítica do seu passado e da sua condição. Ignorar ou subestimar o mito é perigoso, pois fica nas mãos daqueles que o manipulam de uma maneira superficial, arbitrária e sobretudo, pouco distanciada e crítica. Apenas desmontando o mito como historicamente construído podemos deslegitimar abusos catastróficos do mesmo e só assim poderemos evitá-los.

Foram classicistas aqueles eruditos germanos que aceitaram e mesmo patrocinaram a leitura das palavras de Tácito sobre o povo germano: os *indigenas minimeque aliarum gentium adventibus et hospitibus mixtos* (*Germ*, 2.1), “indígenas e praticamente nunca misturados por causa da chegada de povos estrangeiros e pela prática da hospitalidade”. Uma melhor e mais profunda erudição, contudo, poderia ter invalidado a manipulação do texto latino com uma lógica sanguinária, poderia ter destruído desde o seu próprio centro essa obsessão criminal: a pureza racial da *Germania*.

#### 4. Intemporalidade dos clássicos? Autores da Antiguidade e classicismo

Ainda hoje a característica principal das disciplinas e dos estudiosos do classicismo é, para alguns, a contemplação de contributos universais, reduzidos a sínteses de qualidades canónicas, a paradigmas de beleza imortal, a essências privadas de historicidade. Ainda hoje, críticos mal-humorados de vária espécie partem desta interpretação (ou melhor, desinformação) redutora de tais disciplinas para criticar, com escassa ponderação, a sua abstracção idealizante, a sua estática a-temporalidade.



Contra os sucessivos discursos sobre a inerte existência canónica, abstracta, "a-temporal", dos clássicos, a fértil vida histórica dos mesmos constitui o melhor contra-argumento, como tentamos exemplificar com a fortuna da *Germania*.

A larga e caudalosa história do classicismo, vem revelar, de facto, qualidades e potencialidades contrárias nos autores antigos: são objectos em mudança permanente, com uma extrema capacidade de actualização e transfiguração, de imersão activa na história em movimento.

Mas o lado paradoxal e até irónico desta *vulgata* construída em torno aos autores antigos é que se trata de um vilipêndio ou um louvor de qualidades inexistentes, de envoltórios vazios, como o "Cavaleiro Inexistente" de Italo Calvino. A abstracção, a consequente ausência de referencialidade histórica são qualidades que brilham pela sua ausência nas obras clássicas, todas elas incompreensíveis sem a História concreta que as alimenta e explica, desde as tragédias de Sófocles até à *Eneida* de Virgílio.

Como é possível a expansão tão dilatada duma perspectiva sobre os clássicos tão longínqua do seu valor?

Como costuma acontecer, detractores e defensores declarados do classicismo fundamentam os seus excessos num "des-diálogo". Porque uns e outros partem de distintos objectos de discurso. A confusão parece proceder duma homonímia (permita-se-nos um uso abrangente do termo): a existente entre os "clássicos" da Antiguidade e os "clássicos" sucessivamente reinventados.

A resposta está, portanto, na história do classicismo, posterior e alheia aos próprios clássicos, e pelo menos remete para dois universos diferentes. O primeiro é a célebre (para o bem e para o mal) história da recepção, a qual realiza a conversão das obras antigas em integrantes principais do cânone ocidental. A canonização é paralela e subsidiária de um processo de crescente abstracção, em conteúdos e formas, de obras que, na sua original integridade, estavam fundamente enraizadas num tempo e um espaço muito concretos.

Decisiva foi, neste processo de abstracção, a intensa e secular "digestão" do saber antigo na Idade Media. Nomeadamente, a transformação dos mitos e personagens antigos em *figurae* da exegese bíblica, em paradigmas demonstrativos, positiva ou negativamente, dos preceitos edificantes cristãos.

No mesmo curso da tradição, determinante foi também a acomodação e reajuste do percurso medieval dos clássicos nas preceptivas renascentistas. O Renascimento, com efeito, não abandonou completamente o "super-analógico" e essencialista sistema de pensamento

próprio da exegese medieval. Adaptou-o parcialmente para conteúdos laicos e completou a sua codificação em repertórios de figuras e modelos clássicos, imprescindíveis para todo o autor ou artista, convenientemente adaptados para ser aplicados a propósito de todo o tema ou argumento.

Ainda mais importante neste processo de abstracção dos conteúdos originais, progressivamente reduzidos a entradas enciclopedísticas, foi a extrema formalização do classicismo que realiza a pedagogia jesuítica e contra-reformista, a qual extremou a conversão dos *auctores* em soma de qualidades abstractas, sempre relativas e reduzidas a arte retórica, instrumentalizada para transmitir o corpo doutrinal da Companhia.

Este conjunto canónico foi “retorcido” no Barroco em contra-facturas conhecidas, desde as peças dramáticas de Racine até às pinturas de Rubens. Com efeito, foi contra os excessos barrocos do “classicismo” que reagiu o Romantismo. Mas o próprio Romantismo, por seu lado, não escapou a uma peculiar reinvenção do classicismo, por sua vez escassamente liberta de abstracções. Por outro lado, lembre-se que as interpretações mais monolíticas do classicismo são em grande parte herdeiras das categorias do idealismo germânico, como adverte Ernst Gombrich<sup>11</sup>.

O segundo âmbito onde se cultivou a consideração dos clássicos como objectos intemporais foi a própria crítica literária e concretamente certos procedimentos de observação dos textos. O mais célebre e documentado repertório, ainda hoje livro de cabeceira para os estudiosos da literatura em geral, é a obra fundamental *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter* de Ernst Robert Curtius. A percepção do que se repete no suceder dos séculos, a procura de um repertório de temas e motivos, com o objectivo de construir ou observar a existência de um cânone ocidental, tem como consequência, ao lado de virtudes evidentes, a compreensão dos “clássicos” como entidades abstractas, como soma de qualidades estéticas ou conceptuais, como objectos intemporais.

Não são novas as críticas às consequências do uso destes repertórios enquanto perspectiva empobrecedora, redutora de textos e con-

---

<sup>11</sup> E. Gombrich, ‘La cultura artistica italiana tra Umanesimo e Rinascimento’ em Gian Carlo Garfagnini (ed.), *Giovanni Pico della Mirandola. Convegno internazionale di studi nel cinquecentesimo anniversario della morte (1494 – 1994)*, Mirandola, 4-8 ottobre 1994, Leo S. Olschki editore, 1997, vol. II, pp. 351-357.

textos<sup>12</sup>. O empobrecimento do texto é esperável quando o crítico ou o historiador da literatura usa o saber acumulado em repertórios sobre *topica* como procedimento de interpretação e não como instrumento, como um dos instrumentos à sua disposição.

## 5. O cânone ocidental e os clássicos

Estas duas vias de canonização dos clássicos: uma o fluir do rio da tradição literária, outra o procedimento dos historiadores e críticos de literatura, confabularam-se para construir uma imagem dos clássicos notavelmente distante das obras da Antiguidade que conservamos. O processo de “canonização” de um *auctor* antigo, a escolha de um ou outro autor, de uma ou outra obra, diz mais sobre a sociedade ocidental posterior ao universo greco-latino do que sobre os próprios autores desse universo.

Assim, por exemplo, quando se discutir a superficialidade filosófica do Séneca moral, especifique-se se se trata do Séneca antigo das tragédias e das *Epistulae ad Lucilium* ou se se trata do Séneca “cris-tão”, presente nos compêndios e tratados, muitos deles pseudo-senequianos, da Idade Média.

Quando se sublinharem os paradigmáticos tipos humanos da tragédia antiga, indique-se se o discurso versa sobre as peças de Eurípi-

<sup>12</sup> Críticas já antigas mas imprescindíveis ao estudo inventarial dos tópicos podem encontrar-se em M. Rosa Lida de Malkiel, ‘Perduración de la literatura antigua en Occidente’ y ‘La tradición clásica en España’, em *La tradición clásica en España*, Barcelona, Editorial Ariel, 1975. A denominada ‘intertextualidade’ reformulou este tipo de perspectivas. Uma síntese útil da principal bibliografia sobre o tema pode ler-se em “Il rinnovamento della Quellenforschung nella prospettiva semiologica della intertestualità” em *L’aprocio intertextuale alla poesia. Sondaggi da Vergilio e dalla poesia cristiana greca di Gregorio e di Sinesio (Quaderni dell’istituto di filologia greca della università di Palermo)*, Palermo, 1985. Cf. também M. Worton-J. Still (eds.), *Intertextuality: theories and practices*, Manchester, 1990; W. Kuelhlmann-W. Neuber, *Intertextualität inn der frühen Neuzeit. Studien zu ihrer theoretischen und praktischen Perspektiven*, Berlín, 1994; Antonio Mendoza Fillola, *Literatura comparada e intertextualidad*, Madrid, 1994; J.P. Sullivan, *Modern Critical Theory and Classical Literature*, Leiden, 1994; Don Fowler, “On the Shoulders of Giants: Intertextuality and Classical Studies” em *Materiali e Discussioni*, 39, 1997, 13-34. Sugestivas são as considerações de Pierre Bourdieu sobre as consequências sociológicas de converter a tradição em repertório estático, similar ao património material (p.e., em *Ce que parler veut dire*, Paris, 1982, ou *Las reglas del arte. Génesis o estructura del campo literario*, Madrid, 1995). Tentei aplicar esta perspectiva crítica no estudo de algumas obras quinhentistas portuguesas em “La temporalidad del *exemplum*: algunos casos en la poética renacentista”, *Euphrosyne*, XXVIII (2000), pp. 271-284.

des e Sófocles ou sobre os autores gregos tal como os interpretou Racine.

Quando se falar enfim do carácter eminentemente universal dos clássicos enquanto soma de qualidades intemporais, especifique-se que esta é a qualidade principal do “conceito” dos clássicos criado pela tradição posterior aos mesmos, e que pouco intemporais são, em rigor, as obras de Eurípides, Cícero, Virgílio... Eles deverão ser avaliados, amados ou criticados, por seus próprios méritos, e deméritos.

Em conclusão, impõe-se exortar vivamente aqueles que criticam o Olimpo intemporal onde mora o classicismo a que leiam ou talvez leiam com mais discernimento o seu objecto de crítica.

É evidente que seria ingénuo e inútil pretender conhecer os verdadeiros clássicos na sua “pureza” original. Inevitavelmente, ler hoje Sófocles ou Ovídio significa construir um novo discurso dentro da sua obra, o da nossa idade, e contribuir, portanto, para essa expansão dos clássicos mediante a metamorfose permanente.

Mas perceber e sublinhar a extrema historicidade dos próprios *auctores* e dos seus manipuladores posteriores mantém-nos alerta sobre a inevitável historicidade da nossa aproximação dos mesmos, sobre a nossa própria dose de manipulação. Teremos aprendido a distanciar-nos, a ironizar sobre o nosso cânone, sobre os nossos mitos.

O leitor clarividente já terá adivinhado que, segundo os ensinamentos desta lógica de “digestão” histórica dos clássicos, considerar a presença actual do classicismo possuirá, entre outras potencialidades, a virtude de desafiar-nos a uma incomum aprendizagem sobre nós próprios. Olhemos mais atentamente para a ausência ou presença dos velhos mitos ocidentais, aqueles que alguns exaltam, outros ignoram ou desprezam, mas que sem dúvida ainda nos conformam e em grande medida nos explicam.